

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.378 - SP (2019/0297616-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DOUGLAS VITOR DA COSTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DOUGLAS VITOR DA COSTA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0003639-75.2018.8.26.0590, que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 25):

Apelação ministerial Tráfico de entorpecentes (artigo 33 “caput” da Lei nº 11.343/06). Sentença de improcedência. Apelação visando a condenação nos exatos termos da exordial.

Tráfico de drogas Autoria e materialidade delitiva comprovadas em relação aos dois acusados Depoimentos dos policiais revestidos de credibilidade Impossibilidade de desclassificação para a conduta de porte, uma vez que inequívoca a traficância pela quantidade de droga apreendida e sua forma de acondicionamento Condenação de rigor.

Penas Fixadas de acordo com o regramento aplicável inteligência dos artigos 42 da lei de drogas e 59 do Código Penal Bases acima do mínimo legal Reincidência reconhecida Impossibilidade de concessão do redutor do § 4º do art. 33 da lei de drogas, ausentes os requisitos legais Regime prisional fechado de rigor Substituição das reprimendas por restritivas de direitos ou “sursis” descabidos na espécie Precedentes Recurso provido.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado por suposta infração ao art. 33 da lei 11.343/2006. No primeiro grau de jurisdição sobreveio sentença absolutória com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Inconformada, a acusação apelou buscando a condenação nos

Superior Tribunal de Justiça

termos da denúncia. O Tribunal estadual concluiu por dar provimento ao apelo ministerial para condenar o réu como incurso no art. 33 da Lei de Drogas às penas de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, mais o pagamento de 680 dias-multa; na oportunidade, determinou a execução provisória da pena.

Na presente impetração, a defesa afirma que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão da determinação do Tribunal de origem de execução provisória da pena, considerando que está pendente o julgamento de embargos de declaração opostos.

Sustenta que antes do trânsito em julgado ainda há a possibilidade de alteração do julgado, até mesmo com reflexos na pena e no regime.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a suspensão da execução provisória da pena.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **visualizo indícios de ilegalidade no ato ora impugnado, a justificar o deferimento da medida de urgência.**

Mister consignar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 17/2/2016, entendeu que o início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência (HC n. 126.292/SP, Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, DJe 17/5/2016).

A partir de fevereiro/2016, o guardião da Constituição Federal

Superior Tribunal de Justiça

esclarece (determinando) que a segregação do cidadão, após o esaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias, independe do preenchimento dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal porque representa a (então autorizada) execução provisória da pena, não havendo mais que se falar em prisão preventiva.

Todavia, apesar de eventuais recursos especiais e extraordinário não serem dotados de efeito suspensivo, a jurisdição das instâncias ordinárias, no caso em tela, ainda não se encerrou, porquanto, após o julgamento do recurso de apelação, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de apreciação pela Corte estadual.

Nesse contexto, tendo em vista a irreversibilidade de eventual cumprimento indevido da pena e com o escopo de preservar e proteger os direitos/garantias fundamentais dos jurisdicionados, o pedido liminar merece ser deferido para que o paciente aguarde em liberdade a entrega da jurisdição pelo segundo grau.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **defiro** o pedido liminar para determinar que o paciente aguarde em liberdade até o esgotamento das instâncias ordinárias.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Comunique-se com urgência.

Após, ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

